

# **DIPAR**



# **Relatório de Atividades**

# **2007**

**1º Semestre**

## Apresentação

Nesses seis primeiros meses de 2007, a **Diretoria de Planejamento e Arrecadação – DIPAR** pôde redirecionar seu foco às ações de melhoria do controle dos recolhimentos. E para isso, criou e disponibilizou sistemas que auxiliam e agilizam o processo.

Duas grandes ações foram finalizadas com êxito: a disponibilização do sistema de parcelamento e os ajustes das receitas da Autarquia em acordo com a STN e a SOF.

Paralelamente, as atividades voltadas às fiscalizações, tanto da CFEM – Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais como da TAH – Outorga de Direito de Exploração e Pesquisa Mineral, foram impulsionadas.

Em termos nominais, a arrecadação do primeiro semestre fechou com valor R\$ 43,5 milhões superior ao alcançado no mesmo período de 2006.

O Relatório a seguir, apresenta os principais atos realizados pela área de arrecadação e planejamento do Departamento Nacional de Produção Mineral.

## Atividades

### Arrecadação

A arrecadação de janeiro a junho de 2007 totalizou R\$ 287,3 milhões, mantendo a trajetória positiva.

Considerando as projeções da DIPAR, o valor atingiu 102,5% da meta inicialmente prevista para o intervalo – R\$ 280,1 milhões. Também, já ultrapassou os totais exibidos em 2002 e 2001.

#### Arrecadação DNPM

Receitas	Valor (R\$)	% em relação à meta 1º sem
Exploração de Recursos Minerais (CFEM)	249.084.103,17	103,42
Outorga Direito Expl. Pesq. Min. (TAH)	26.946.894,00	91,41
Multas	4.889.565,10	110,74
Serv. Cad. Ativ. Min. (Emolumentos)	4.824.485,48	121,41
Certif. e Homologação (Emolumentos)	1.037.764,67	111,33
Serv. Inspeção e Fisc. (Vistoria)	528.652,82	118,53
Serv. Comerc. Livros (Compras e Publicações)	36.103,20	67,46
<b>Total</b>	<b>287.347.568,44</b>	<b>102,57</b>

Nesse primeiro semestre de 2007, muitas melhorias puderam ser implantadas no sistema de arrecadação. As principais foram:

- ↳ Criação do sistema que baixa, diária e automaticamente, os arquivos de distribuição do Banco do Brasil – antes a baixa ocorria manualmente;
- ↳ Associação das 4 bases de trabalho (3 da CFEM e uma das demais receitas) em uma única base;
- ↳ Criação de mais 3 Portais voltados aos mineradores, associações e estados, nos moldes do Portal das Prefeituras;
- ↳ Disponibilização do módulo de encaminhamento de dívidas à Procuradoria Jurídica da Autarquia;
- ↳ Por ocasião da distribuição dos recursos da CFEM, prefeituras e mineradoras recebem o aviso do repasse, por e-mail;
- ↳ O módulo de parcelamento da TAH, multas e vistoria de fiscalização foi disponibilizado;
- ↳ As receitas da Autarquia que, por sua denominação, estavam classificadas inadequadamente, ante a SOF e STN, foram ajustadas;
- ↳ O site da DIPAR registrou 1,6 milhão de acessos: 1,1 milhão pela Intranet e 500 mil pela Internet.

## Receitas

Desde 2006, a DIPAR tentava implementar nova classificação orçamentária para as receitas da Autarquia que, por sua denominação, estavam classificadas inadequadamente. O objetivo era ajustá-las àquelas tratadas pela STN e SOF.

Em junho, tais ajustes foram concluídos e conseqüentemente:

- ↳ As receitas foram parametrizadas, com o apoio da DIADM;
- ↳ Os convênios/códigos de receitas foram alterados junto ao Banco do Brasil;
- ↳ Novas receitas foram criadas (dívida ativa);
- ↳ Algumas receitas foram reclassificadas;
- ↳ As fontes foram reenquadradas;
- ↳ Os relatórios de arrecadação foram alterados;
- ↳ O parcelamento, que é uma forma de pagamento, passou a incorporar as respectivas receitas.

Agora, a reorganização das receitas da Autarquia está coerente com as tratadas na SOF e STN.

<b>Receitas</b>	<b>Total 1º semestre (R\$)</b>
<b>CFEM</b>	<b>249.084.103,17</b>
<b>Outorga do Direito de Exploração e Pesq. Mineral - TAH</b>	<b>26.946.894,00</b>
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH	23.596.752,45
Outorga do Direito de Exp. e Pesq. Mineral - TAH (Parcelamento)	3.350.141,55
<b>Multas previstas na Legislação Mineral</b>	<b>4.889.565,10</b>
TAH	1.251.132,14
Rel. Pesquisa	526.044,41
Outras Multas prevista na Legislação Mineral	973.935,14
Multa (Parcelamento)	2.138.453,41
<b>Certificação e Homologação da Atividade Mineral</b>	<b>1.037.764,67</b>
Imissão de Posse	143.205,36
Cert. Rochas Ornamentais	359,31
Anuência p/ Imp. de Amianto	2.850,00
Anuência p/ Imp. de Diamante	200,00
Cessão Parcial	113.000,00
Cessão Total	466.500,00
Certificado de Kimberley - CPK	16.000,00
Demais Atos	277.750,00
Transf. de Direitos	17.900,00
<b>Serviço de Cadastro da Atividade Mineral</b>	<b>4.824.485,48</b>
Autorização de Pesquisa	4.641.992,91
PLG	57.578,36
Registro de Licença	122.914,21
Anuência p/ Aerol. Geofísico	2.000,00
<b>Serviço Inspeção e Fiscalização R\$</b>	<b>528.652,82</b>
Inspeção e Fiscalização	527.058,69
Inspeção e Fiscalização (Parcelamento)	1.594,13
<b>Compras e Publicações R\$</b>	<b>36.103,20</b>
<b>Total R\$ (Boletos)</b>	<b>287.347.568,44 (77.890)</b>

Ainda, foi concluído o módulo de Encaminhamento de Dívida a PROJUR. Por meio dessa ferramenta, o Distrito encerra suas obrigações administrativas em relação a um processo, no tocante a Outorga de Direito (TAH), aos Serviços de Inspeção (Vistoria de Fiscalização) e Multas. No semestre, 3.263 notificações foram encaminhadas à Procuradoria.

## CFEM – Exploração de Recursos Minerais

A CFEM recolheu no semestre o correspondente a R\$ 249 milhões – 103,4% da meta estimada para o período, R\$ 240,8 milhões. Foram 1681 municípios brasileiros beneficiários da CFEM.

Os relatórios de arrecadação da CFEM foram redirecionados e os dados transferidos para uma nova base. Conseqüentemente, a DIPAR pôde, assim, deixar de trabalhar com 3 bases distintas para concentrar-se em uma única base.

Infundindo ferramentas que deixem evidente a preocupação da DIPAR em tornar transparentes suas ações, a Diretoria disponibilizou mais 3 portais: do Minerador, das Associações e dos Estados.

Seguindo o modelo do Portal das Prefeituras, disponibilizado ao final de 2006, as páginas trazem dados relativos aos recolhimentos CFEM realizados pelas mineradoras, as prefeituras favorecidas com os depósitos das cotas-partes CFEM, o rol dos títulos minerários e os respectivos detalhes de cada processo.

Quando o Portal do Minerador foi posto em funcionamento, em 5 de março, cerca de 13 mil empresas mineradoras cadastradas receberam a senha de acesso ao Portal.

Outra inovação que a DIPAR implantou foi a comunicação realizada por e-mail junto às prefeituras e mineradoras, quando acontece cada depósito dos recursos CFEM pelo Banco do Brasil. As 262 prefeituras conveniadas recebem o aviso de forma mais detalhada e as não-conveniadas com o valor total, apenas. Já as mineradoras conseguem, por esse meio, conhecer os depósitos CFEM realizados em favor das prefeituras e comprovar o destino do pagamento dos *royalties*.

As operações de fiscalização **CFEM**, com apoio da Sede, registraram débitos de R\$ 102,3 milhões, de janeiro a junho. Foram realizadas fiscalizações em 12 estados e 43 municípios.

<b>Empresas mineradoras</b>	<b>Custo operacional (R\$)</b>	<b>Valor consolidado* (R\$)</b>
82	289.667,16	102.350.364,27

(\*) a fiscalização ocorrida na Bahia (28/05 a 20/06) não contabilizou o valor consolidado até o fechamento desse Relatório.

Ante o considerável crescimento de solicitações dos Distritos para apoio da Sede na realização das fiscalizações CFEM, a DIPAR instituiu vários procedimentos. A partir daí, ficou limitado, por exemplo, o número de empresas a serem fiscalizadas por trabalho, o número de fiscais empregados e o período das fiscalizações.

Nesse sentido, uma ferramenta, a ser disponibilizada no segundo semestre, será de grande valor. Está em desenvolvimento um sistema que exibirá toda a estrutura da fiscalização/CFEM – desde os atos formais necessários a sua execução até o último procedimento administrativo. Por meio dessa ferramenta será possível, entre outros, que cada fiscal se disponibilize, com a devida autorização do Distrito, para os trabalhos de fiscalização, durante determinado período. Também, visualizar as fiscalizações que estão ocorrendo nos Distritos e o andamento dos procedimentos administrativos.

## TAH – Receita de Outorga do Direito de Exploração e Pesquisa Mineral

A arrecadação da TAH, entre janeiro e junho, alcançou R\$ 26,9 milhões. Assim, a soma já ultrapassou o total registrado em 2004, R\$ 23,9 milhões.

O grande ganho da TAH, nesse 1º semestre, foi a disponibilização do módulo de parcelamento da TAH, multas e vistoria de fiscalização. Com a ação, os mineradores passaram a emitir seus próprios boletos, da segunda parcela a última, sem intervenção do DNPM. Ainda, os Distritos deixaram de enviar, mensalmente e obrigatoriamente, os boletos por e-mail.

Outro instrumento disponibilizado pela DIPAR refere-se ao Cadastramento das Multas que já tenham sido lavradas (manualmente) e para as quais ainda não existe o sistema de autuação (por exemplo: multa devido a não-apresentação do relatório final de pesquisa, não-apresentação do RAL etc) permitindo assim que o Setor de Arrecadação faça a Notificação Administrativa e/ou o Parcelamento do débito.

Também foi disponibilizado o relatório que lista o status do titular em relação a não-impressão dos boletos da TAH e seu status de adimplência.

Por ocasião do pagamento da TAH, referente ao primeiro período, foi dada continuidade ao contato direto com os mineradores cadastrados, com a remessa de e-mails alertando sobre a emissão dos boletos e o prazo. O retorno dos mineradores foi muito positivo: 91,65% de processos pagos.

“Agradeço pelo aviso e envio parabéns para toda a instituição que se mostra interessada em realmente ajudar o minerador e não em preparar pegadinhas arrecadatórias.” (Renato Cesar Reveles Pereira)

### Arrecadação TAH 1º Semestre

Distrito	Processos			R\$		
	Total	Pagos	%	Previsto	Pagos	%
1º Distrito - RS	277	253	91,34	140.332,33	129.379,87	92,20
2º Distrito - SP	1031	1022	99,13	434.083,45	429.523,03	98,95
3º Distrito - MG	2327	2140	91,96	2.672.262,82	2.455.425,95	91,89
4º Distrito - PE	159	150	94,34	227.106,43	214.743,80	94,56
5º Distrito - PA	655	561	85,65	6.257.418,84	5.400.646,85	86,31
6º Distrito - GO/DF	1481	1412	95,34	2.959.409,47	2.856.994,84	96,54
7º Distrito - BA	3133	2671	85,25	5.694.686,77	4.959.970,74	87,10
8º Distrito - AM	161	139	86,34	1.789.880,29	1.509.881,44	84,36
9º Distrito - RJ	369	367	99,46	188.935,79	188.954,29	100,01
10º Distrito - CE	408	406	99,51	632.542,82	629.530,60	99,52
11º Distrito - SC	881	872	98,98	603.087,31	598.000,78	99,16
12º Distrito - MT	492	464	94,31	2.014.920,71	1.960.085,09	97,28
13º Distrito - PR	408	405	99,26	344.025,54	340.893,35	99,09

14º Distrito - RN	319	289	90,60	355.794,07	318.569,66	89,54
15º Distrito - PB	283	256	90,46	404.132,21	365.548,62	90,45
16º Distrito - AP	51	49	96,08	467.721,59	444.823,25	95,10
17º Distrito - TO	259	218	84,17	1.365.374,34	1.119.193,56	81,97
18º Distrito - SE	46	45	97,83	76.772,39	73.732,31	96,04
19º Distrito - RO/AC	257	197	76,65	1.610.703,33	1.060.520,48	65,84
20º Distrito - ES	535	490	91,59	475.157,75	418.688,34	88,12
21º Distrito - PI	204	179	87,75	430.140,03	366.393,47	85,18
22º Distrito - MA	116	101	87,07	380.510,32	331.500,88	87,12
23º Distrito - MS	130	128	98,46	122.912,37	121.711,91	99,02
24º Distrito - RR	11	10	90,91	46.582,29	45.160,40	96,95
25º Distrito - AL	37	35	94,59	78.594,36	78.487,79	99,86
<b>BRASIL</b>	<b>14.030</b>	<b>12.859</b>	<b>91,65%</b>	<b>29.773.087,62</b>	<b>26.418.361,30</b>	<b>88,73%</b>

**Obs:** o quadro acima representa a arrecadação referente a TAH vencida, em 2007, independente da data de pagamento ou do ano de recolhimento.

Até junho de 2007, foram realizados 4 mutirões de fiscalização da TAH.

<b>Distritos</b>	<b>Custo Operacional (R\$)</b>	<b>Valor Consolidado da Dívida (R\$)</b>
3	45.623,19	17.205.604,99

Outros números que também se destacaram foram:

Autos de infração	4.334
Imposições de multa	5.965
Nulidades	985
Notificações	20.338

## Planejamento

A área de planejamento da DIPAR, no início do primeiro semestre de 2007, pôde concluir dois projetos.

O primeiro deles diz respeito ao levantamento de dados, junto a todos os Distritos, para formação do Centro de Custos, como uma forma de controlar os custos operacionais das instituições. Inicialmente sugerido pela Secretaria de Orçamento Federal, a DIPAR passou, agora, a adequar tais dados ao SISPLAN.

O segundo projeto foi o Plano de Trabalho para 2007. A programação foi disponibilizada em novembro de 2006 e trazia, à época, a divisão das propostas dos projetos na área de fiscalização, entre os relativos a DIPAR e a DIFIS.

A DIPAR participou, ainda, da elaboração da proposta do Plano Plurianual 2008/2011.

## Considerações Finais

A Diretoria de Planejamento e Arrecadação, nesse primeiro semestre, eliminou duas lacunas: o sistema de parcelamento e o ajuste das receitas.

A Pesquisa de Satisfação, que pretendia conhecer o nível de satisfação do Cidadão-Usuário em relação a alguns serviços, apresentou, em maio, seu resultado. Entre os serviços de competência da DIPAR, a ausência de meios ágeis para se proceder ao parcelamento foi o mais comentado – problema já solucionado.

No período, baseado nos dados disponibilizados na Agenda de Viagens, a DIPAR gastou R\$ 335.197,85, entre viagens e diárias, e levantou uma dívida consolidada, junto aos mineradores, de R\$ 119.555.969,26 (CFEM, TAH, vistoria de fiscalização e multas).

A DIPAR espera, para o 2º semestre, poder concretizar mais algumas ações. Entre elas:

- ↳ Transformação da DIPAR em unidade descentralizadora do orçamento;
- ↳ Migrar a base da CFEM desde 1991;
- ↳ Elaborar o CFEM Dívida – informatização do procedimento de cobrança das fiscalizações;
- ↳ Consolidar a atual base de arrecadação para que, com as informações recolhidas junto às Secretarias de Fazenda dos Estados e Receita Federal, seja possível estabelecer o cruzamento de dados;
- ↳ Disponibilizar o sistema que exibe a estrutura da fiscalização CFEM.

---

MARCO ANTONIO VALADARES MOREIRA  
Diretor de Planejamento e Arrecadação